



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005289-40.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Edson Ricardo da Silva**
 Requerido: **VIA VAREJO S.A (PONTO FRIO)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido da ré um computador portátil, acrescentando que o que lhe foi mostrado continha o acessório de leitor de CD e DVD.

Alegou ainda que recebeu o produto, mas ao contratar um técnico para instalar alguns programas foi surpreendido com a notícia de que o aparelho não possuía o leitor de CD e DVD.

A ré em contestação não refutou específica e concretamente os fatos que lhe foram atribuídos pelo autor.

Limitou-se a asseverar que o computador entregue a ele é o mesmo assinalado na nota fiscal correspondente, mas esse não foi o tema apresentado a discussão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Como ela não se pronunciou sobre a disparidade entre o produto ofertado, com características determinadas, e aquele efetivamente entregue, reputa-se que tal divergência teve vez.

Não se pode olvidar que tocava à ré comprovar a identidade entre o computador mostrado ao autor e o que lhe foi enviado, seja por força do que prevê o art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor, seja diante do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu minimamente desse ônus.

O quadro delineado conduz ao acolhimento do pleito formulado a fl. 01, impondo-se a declaração da rescisão do contrato celebrado entre as partes e a devolução do valor já quitado pelo autor.

Ressalvo, por oportuno, que a postulação de fl. 77 não pode ser acolhida, tendo em vista que não foi apresentada em momento processual adequado.

Como se não bastasse, não se pode olvidar o teor da Súmula nº 06 editada pelo Colendo Conselho Supervisor do Sistema de Juizados Especiais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("*Mero inadimplemento contratual, sem circunstâncias específicas e graves que a justifiquem, não dá ensejo a indenização por danos morais*"), de sorte que fica patenteado de qualquer modo que o autor não faria jus a nenhuma indenização a esse título.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade de qualquer débito dele oriundo a cargo do autor, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 103,65, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2015 (época do pagamento de fl. 16), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 17/18, item 1.

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido tal prazo in albis, poderá o autor dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**